

JUDICIÁRIO

2ª Vara Criminal será implantada em Tangará da Serra neste mês

>> Paulo César Desidério
Redação DS

Após aprovação em 26 de abril pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Projeto de Lei 175/2017, enviado pelo Tribunal de Justiça, no intuito de criar novas varas criminais em cinco municípios, Tangará da Serra já sabe a partir de quando terá a 2ª Vara Criminal em sua Comarca.

De acordo com o gestor judiciário Maurício Lineu Fett, a inauguração da nova vara acontecerá em 19 de maio. “Vai ser muito bom por-

que serão dois magistrados respondendo pela 1ª e 2ª Vara Criminal. Já faz muito tempo que era necessária essa divisão. Tangará da Serra é hoje uma cidade com mais de 100 mil habitantes e apenas uma Vara Criminal era muito pouco para esse número de habitantes”, afirmou, ao destacar que um novo juiz será destinado para a 2º Vara Criminal no município.

Ainda conforme Maurício, além do magistrado, novos servidores serão convocados para atuarem na vara, com base no resultado do Concurso Público

realizado em 2016 com foco no Poder Judiciário.

“A previsão é que mais três servidores sejam convocados através do concurso do ano passado e esses três analistas vão tomar posse para que a vara consiga ter um bom atendimento para o público”, acrescenta.

A partir da inauguração da vara, o Fórum Cível de Tangará da Serra contará com mais duas secretarias e dois gabinetes. A 2ª Vara ficará situada em uma das primeiras salas das instalações do Fórum, mais precisamente, na



Inauguração da nova vara está prevista para acontecer em 19 de Maio

antiga sala de distribuição. Desde 2015, a coor-

denação da comarca articula a vinda de uma nova Vara Criminal para Tangará da Serra.

TANGARÁ

Mutirão de correção carcerária não aponta irregularidades no município

>> Paulo César Desidério
Redação DS

Realizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação conjunta com a Corregedoria Geral de Justiça do estado, o mutirão iniciado em 24 de abril e concluído no dia 26 do mesmo mês foi encerrado sem grandes registros em Tangará da Serra.

Conforme o gestor judiciário, Maurício Lineu Fett, os processos foram analisados minuciosamente pelos servidores dos órgãos competentes.

“Esse é um mutirão carcerário que o Tribunal de Justiça pela Corregedoria verifica in loco quantos presos estão provisórios, quantos presos estão definitivos, tanto na cadeia feminina quanto na cadeia masculina. Hoje nós temos uma média de 360 presos masculinos e 70 presas”, apontou.



Mutirão foi realizado pelo TJ-MT de 24 a 26 de abril

Fett confirmou que o mutirão atingiu as expectativas, mesmo que não tenham sido detectadas irregularidades acerca dos presidiários encarcerados no município.

“A Corregedoria passou por todos os processos, verificando as prisões, quais são os

vencimentos dos prazos das prisões, se existem prisões irregulares ou não e não foi detectado nenhum problema no presídio local”, afirmou ao destacar que não há data definida para um próximo mutirão de correções prisionais no estado.

SUPERLOTAÇÃO –

Conforme o DS apurou na edição de 25 de Abril, o Centro de Detenção Provisória (CDP) passa por dificuldades com relação a superlotação. A estrutura, que foi construída para receber 147 presos, atualmente conta com 324 reeducandos, o que representa mais que o dobro da capacidade.

DEMANDAS

Municipalistas vão se reunir com o presidente Temer

>> Assessoria

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, representará a região Centro Oeste, na reunião com o presidente Michel Temer nesta quarta-feira, 3, no Palácio do Planalto, em Brasília. Ele integra o grupo de presidentes de entidades municipalistas que vão discutir com Temer a pauta municipalista com os principais projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional. Os dirigentes municipalistas e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Zilkoski, vão discutir com Temer a derubada do veto à matéria do Imposto sobre Serviços (ISS), a mudança no critério de reajuste do Piso Nacional do Magistério Público, a dívida

previdenciária dos municípios, o projeto dos royalties do petróleo, que continua parado no Supremo Tribunal Federal, além de outros itens. Fraga ressaltou que o encontro será de extrema importância, pois será a oportunidade para apresentar a Temer as principais demandas dos municípios. “Precisamos apresentar a nossa pauta ao presidente da República para cobrar o atendimento das nossas reivindicações, pois os municípios não estão tendo a contrapartida necessária para cumprir com todas as atribuições”, argumentou. Os dirigentes vão apresentar os itens da pauta municipalista, que serão amplamente debatidos durante a XX Marcha em Defesa dos Municípios, programada para o período de 15 a 18 de maio em Brasília.